

**A CONSTRUÇÃO DA IMAGEM DE DILMA ROUSSEFF
ATRAVÉS DO DISCURSO POLÍTICO**

Deivide da Silva Fonseca (FNC-SP)
professordeivide@hotmail.com

RESUMO

A presente pesquisa fundamenta-se na análise da construção da imagem de Dilma Rousseff a partir do discurso político. Esse trabalho propõe-se comentar como foi construída a imagem política de Dilma Rousseff, a primeira presidente mulher eleita no Brasil, investigando seu discurso realizado no Congresso Nacional e publicado no site da *Folha de São Paulo*, discurso esse, que compõe o *corpus*, com publicação realizada em 01/01/2011 às 15h45min. Procurou-se um embasamento nos estudos de teorias da linguística e em conceitos da análise do discurso formulados por Dominique Maingueneau (1997; 2004) e por Patrick Charaudeau (2008; 2009; 2010).

Palavras-chave: Texto. Imagem. Discurso. *Ethos*

1. Considerações iniciais

Todos os textos são veiculados dentro de discursos. Os discursos, em linhas gerais, são as atividades comunicativas de um sujeito numa corrente de situação, abrangendo um conjunto de enunciados produzidos por um locutor e o evento de sua enunciação, isto é, qualquer trecho falado ou escrito que resulta um todo significativo autônomo de sua extensão.

O *ethos* é um instrumento pelo qual um orador revela sua personalidade através da maneira de se exprimir. O *ethos* é localizado no cruzamento da teoria da argumentação com a pragmática, estando, por sua vez, presente em todo discurso humano e em todo ato comunicativo.

Todas as palavras de um determinado ator político, de um orador, todas as entrevistas que determinam a escolha de um candidato político, os comícios eleitorais e as relações de sedução propiciam a formação de uma imagem passível de análise. Neste trabalho, objetiva-se analisar a construção da imagem de Dilma Rousseff, tecendo um breve relato de como essa imagem é veiculada através do discurso político.

Diante do problema que envolve a imagem de um político a qual pode influenciar na aceitabilidade do seu discurso e no ato comunicativo, cabe questionar como foi construída a imagem da presidente Dilma Rousseff a partir do discurso de posse realizado em 01/01/2011 no Congresso

Nacional.

Parte-se da hipótese que, ao analisar o discurso da presidente, é possível identificar os modos de construção da imagem de Dilma Rousseff e investigar como essa imagem a coloca no centro das políticas do Brasil.

A pesquisa justifica-se pela necessidade de discutir e analisar a imagem de Dilma criada através do discurso político o qual, por vezes, é composto por muitos obstáculos linguísticos e exercem determinada influência sobre o eleitor.

Portanto, admite-se que o assunto é bastante complexo e não se apresentará nesta pesquisa como um modelo acabado, mas como uma proposta para uma linha de reflexão.

2. *O discurso e a análise do discurso*

A França possuiu extrema visibilidade literária, o que confirma a multiplicidade de gêneros textuais transitando pelos muitos caminhos intelectuais do país. A análise do discurso vem, por sua vez, trazer suas contribuições para a hermenêutica da época presente, pressupondo a existência de múltiplos textos com sentidos escondidos a serem percebidos que podem continuar inalcançáveis sem o uso de métodos apropriados de investigações e análises. Isso significa dizer que a pretensão da análise do discurso é de construir novos caminhos de interpretação, de criar artifícios que norteiem o leitor ou usuário do texto a níveis opacos da ação estratégica de um sujeito (MAINGUENEAU, 1997, p. 11). Destarte, um dos objetivos da análise do discurso é uma leitura aprofundada que medite ou não em fatores exteriores aos textos, a qual busca a visualização de uma significação que se apresenta inscrita no texto, porém, não escrita nele.

A análise do discurso tem a finalidade de estabelecer interpretações e explicações sem nunca as neutralizar e, por depender das ciências sociais, considera que haja na língua uma ordem própria e natural (relativamente autônoma) que busca reintroduzir a noção de sujeito e de situação para dentro da análise da linguagem, isto é, a história é diretamente afetada pelo simbólico; o sujeito deixa de ocupar a centralidade; também o afetamento acontece no plano real (não imaginário) da língua e, do mesmo modo, no plano real da história, ambos sem o controle devido. Isso caracteriza a noção de sujeito discursivo funcionando pelo inconscien-

te e pela ideologia afirmada por Orlandi (ORLANDI, 2005, p. 20). Dito de outra forma, em nossa vida comunicativa, as palavras que utilizamos textual e/ou discursivamente circulam impregnadas de sentidos cristalizados ao nosso léxico e não mensuramos como tais foram instituídos e, no entanto, conseguem significar algo perfeitamente em nós ou para nós.

O termo discurso tornou-se bastante usual nas ciências da linguagem e a atividade verbal, em geral, é a constante referência para a qual tem apontado. Sua definição é dúbia como cada episódio de fala ou qualquer uso restrito da língua, podendo ser imaginado com um caráter ambíguo, designando tanto o sistema que permite produzir um conjunto de texto quanto o próprio conjugado de textos produzidos (MAINGUENEAU, 2004, p. 51).

O uso corrente do termo deve-se à alteração no modo de investigar e analisar a linguagem. O conceito de discurso que se quer sistematizar permite vê-lo como uma forma de ação, como algo norteado, direcionado, orientado, que supõe uma organização situada além da frase, como uma etapa de um sistema de interação e contextualização, gerido por normas e admitido em um interdiscurso que, por sua vez, é o dizer já dito, o saber, a memória discursiva e o que permeia e determina uma formação discursiva. Referencialmente, o discurso é um lugar fora do sujeito e da língua; um ambiente marcado ideologicamente, conseqüentemente, é produzido e modificado social e historicamente sempre, em decorrência dos discursantes ingressarem nele para discursar, ou seja, todo indivíduo será sempre inscrito num discurso para comunicar algo, falar ou ter voz.

Ao dizer que o discurso supõe uma organização transfrástica, situada além dos limites frasais, fazemos referência à ideia de que ele mobiliza estruturas de outras ordens diferentes das da frase (*Id.*, p.52). No entanto, isso não constitui que todo discurso será manifestado por seqüências de palavras que são necessariamente de aspecto superior à frase.

Os discursos estão submetidos a regulamentos de organização em vigor de determinada comunidade, ou seja, as regras de organização incidem sobre o plano do texto, dimensão do enunciado, entre outros, pois cada plano textual terá sua especificidade discursiva. Admite-se dizer que

O discurso não é discurso a não ser que esteja relacionado a uma instância que, ao mesmo tempo, se põe como fonte das pontes de referência pessoais, temporais, espaciais, e indica qual atitude adota em relação àquilo que diz a seu interlocutor (CHARAUDEAU; MAINGUENEAU, 2008, p.170).

Todo discurso, assim, aponta para um dado sujeito, um agente (EU) que se põe como fonte das referências do espaço discursivo e, ao mesmo tempo, remeterá qual sua atitude em relação àquilo que se diz e em relação a seu co-enunciador. Seu suposto aspecto é de uma conjuntura de atributos que vão desde a produção e concepção das atividades verbais, abrangendo as intencionalidades do locutor que, como se sabe, é o criador da ação verbal, e o ambiente de produção e veiculação.

Numa conversação entre dois locutores que coordenam suas enunciações percebendo imediatamente o efeito que as palavras têm sobre o outro, torna-se visível uma interatividade, um dos atributos do discurso, entretanto, não se quer afirmar que todo discurso seja oriundo das conversações. A atividade verbal concretiza determinada interatividade entre dois parceiros e as marcações dos enunciados se encontram em dois polos: de um lado um enunciador, do outro lado um coenunciador. A definição e conceituação do discurso discutida se engendram nas propriedades e atributos que o objeto discurso possui tornando, dessa forma, apreciáveis algumas das regras que o governam. A linearidade e o desenvolvimento temporal atribuem ao discurso uma capacidade de ser orientado, pois é concebido com finalidade de auxiliar um locutor e seu efeito remete automaticamente para um determinado desígnio. Supõe-se, então, que seja direcionado, orientado para um lugar ou que chegará a alguma parte destinatária ou a um receptor.

3. *O ethos e a construção da imagem de um ator político*

Desde a Antiguidade Clássica, procurou-se compreender os meios discursivos, seu forte poder de influência sobre os auditórios e as diversas problemáticas relacionadas aos discursos e, assim como no passado, cientistas e estudiosos investigam a noção de *ethos* – termo cedido da retórica antiga – e como delinear um preciso conceito sobre o assunto. Nesta pesquisa, a noção de *ethos* abordada apresenta-se ligada à tradição retórica e revisitada por estudiosos da análise do discurso. Essa noção associa-se diretamente às modalidades verbais da apresentação de si na interação verbal. Desse modo, *ethos* designa uma demonstração psicológica de uma imagem de si que um locutor constrói em seu discurso para exercer uma influência sobre seu alocutário. (CHARAUDEAU; MAINGUENEAU, 2008, p. 220)

O ato de amplexar às palavras gera a construção de uma imagem de si. Ao discursar e abraçar as palavras, um locutor não é forçado a

construir um autorretrato ou detalhar seus atributos para comunicar-se, isto é, suas competências linguísticas, seus conhecimentos enciclopédicos aliados a outros fatores como seu estilo e histórico social são satisfatórios para estabelecer e delinear um perfil de sua pessoa. Assim, um locutor realiza, em sua alocução, uma exposição de si; o modo de dizer leva a uma imagem que promove ou condiciona uma boa atuação do projeto.

Em pragmática, o *ethos* é desdobrado no registro do mostrado, na imagem que o orador projeta e nos ditos. Nos usos discursivos, o efeito do que se propõe dizer ocorre através da enunciação sem ser mencionado no enunciado. Em análise do discurso, Maingueneau (2008 *apud* Amossy, 2008, p. 69) investiga o *ethos* em caminhos além do âmbito da argumentação. Isso admite refletir sobre o processo mais geral dos sujeitos a certas atitudes discursivas, assim, o *ethos* não é um ser dito explicitamente, mas mostrado e, conseqüentemente, todo orador mostrará sua maneira de dizer no momento da enunciação.

O *ethos*, ainda, está vinculado ao papel a que corresponde um discurso, e não ao indivíduo real que discursa, independentemente de seu desempenho oratório. O que o orador pretende ser, ele o dá a entender e mostra: não diz que é simples ou honesto, mostra-o por sua maneira de se exprimir. O *ethos*, portanto, liga-se ao exercício da palavra, é o sujeito da enunciação (AMOSSY, 2008, p.31 *apud* MAINGUENEAU, 1993).

O *ethos* se elabora por meio de uma percepção complexa mobilizadora da afetividade do intérprete, que retira suas informações do material linguístico e do ambiente e, articulando-se com o verbal e não verbal, e provocando nos interlocutores efeitos multissensoriais. Constitui, dessa forma, a mais importante das três provas engendradas pelo discurso – *logos*⁸, *ethos*⁹ e *pathos*¹⁰, para Ekkehard Eggs (2008 *apud* Amossy, 2008, p. 57). O orador, através do *ethos*, mostra, em seu discurso, um caráter honesto que parecerá mais digno de crédito aos olhos de seu auditório. O lugar que concebe o *ethos* naturalmente é o discurso e todo o modo de se expressar nasce de uma preferência entre variadas possibilidades linguísticas e estilísticas. Aristóteles não recusa a função persuasiva do *ethos* e

⁸ Termo ligado ao discurso, à inferência, ao raciocínio, a argumentação e pertence ao domínio da razão.

⁹ Termo ligado ao caráter honesto e a Virtude; ao lado *pathos*, pertence ao domínio da emoção.

¹⁰ Termo ligado à paixão e ao afeto.

pathos, apenas deseja lembrar que ambas não pertencem à arte retórica a não ser que sejam motivadas no e pelo próprio discurso, assim, é necessário que a credibilidade do locutor seja o efeito do seu discurso. Ainda, a persuasão não se criará se o auditório não puder ver no locutor um indivíduo que tenha o mesmo *ethos* que ele, pois persuadir consistirá em fazer passar pelo discurso um *ethos* característico do auditório, para lhe dar a impressão de que é um dos seus que ali discursa.

4. A política e o discurso político, por Patrick Charaudeau

Todas as informações veiculadas em nossas sociedades são inerentes à linguagem que, por sua vez, não é transparente ao mundo. Ela apresenta sua própria opacidade através da qual se constrói uma visão, um sentido particular do mundo e, ainda, mantém uma relação de proximidade com a ação.

A linguagem e a ação são componentes de uma troca social, têm explícita autonomia e se encontram em um acordo de interdependência recíproca. Dentro dessa dualidade, os atos de linguagem estão ligados à ação mediante as relações de forças que os sujeitos sustentam entre si, as quais constroem simultaneamente o veículo social. Dentro das relações de força, cada um dos indivíduos percebe seu papel (autoridade ou submissão) e o desempenha sobre seus parceiros. É, portanto, a partir da ação política que a vida social é determinada e organizada visando ao bem comum. As ações, empenhadas na noção de decisão coletiva, são finalizadas em conformidade com um dado objetivo. São estruturadas em função de um espaço fechado e irreversível, levando um agente comunicante a tornar-se um decisor¹¹ cuja função é atingir seus alvos em nome do bem comum.

O ato de linguagem emana de um sujeito que apenas pode definir-se em relação ao outro, pois, sem a existência do outro, não há consciência de si, como está postulado no princípio de alteridade¹² que define o ato de linguagem como um ato de troca entre dois parceiros: o sujeito

¹¹ Decisor é um termo usado por Charaudeau para designar um agente que não apenas elaborou um projeto no qual está inscrito o fim a atingir, mas que, além disso, tomou uma decisão de engajar-se na concretização desse projeto pelo qual ele é, a partir desse momento, totalmente responsável.

¹² Termo empregado por Patrick Charaudeau para designar um dos quatro princípios que fundam o ato de linguagem.

comunicante (EU); o sujeito interpretante (TU). Ambos se encontram em uma relação interacional e cada um deles desempenha papéis diferentes, sobretudo, relacionam-se diretamente; um age como produtor de sentido do ato de linguagem e o outro, como interpretante do sentido desse ato.

Ainda nessa relação, o sujeito não cessa de trazer o outro para si – princípio de influência¹³. Diante dessas forças coercivas que agem em função dos agentes discursivos e são parte duma movimentação natural de tentativa de administração e consolidação do poder, os enunciadores tendem a gerenciar as suas relações. Essa gestão oscilante e ambivalente entre os parceiros de comunicação fundamenta a princípio de regulação¹⁴, o qual é preponderante no jogo das influências, constituindo a condição de que os parceiros se engajem no processo de reconhecimento comunicacional, persigam e concluam a troca comunicativa. Com a regulação, fica permitido ao sujeito comunicante pôr em ação certas estratégias de base, cuja finalidade é assegurar uma continuidade ou uma ruptura da troca comunicativa, seja por aceitação, seja por rejeição da fala do outro.

O discurso político aparece como texto argumentativo e por demasiado persuasivo. Apresenta valores que correspondem às ideias defendidas dentro dum espaço de discussão os quais desempenham um papel de princípio de decisão e cujo domínio seria coletivo. A ação política tem uma atuação concertada (combinatória) e seu responsável se entrelaça com essa mesma coletividade. Os Estados, a República, a Nação são entidades abstratas criadas pelas propriedades coletivas dos valores, entidades essas que superam cada um dos membros do grupo. Os valores correspondem às ideias que podem ser defendidas num espaço de discussão, tais valores agrupam-se com um determinado ideal em que todos são responsáveis e desaposados¹⁵ concomitantemente. A propriedade coletiva dos valores, se considerada como fim de uma discussão, indica que no ponto de partida da criação verbal existem opiniões diferentes sobre a definição dos fins dos meios; por consequência, a coletividade adota um

¹³ Outro termo criado por Charaudeau para mencionar um dos quatro princípios do ato de linguagem.

¹⁴ Os princípios de regulação, de relevância, de alteridade e de influência, são agentes fundadores do ato de linguagem. Suas definições são encontradas com suas totalidades conceituais no *Dicionário de Análise do Discurso*, de Patrick Charaudeau e Dominique Maingueneau.

¹⁵ Esse despojamento é fundador e necessário aos arrolamentos políticos, mas, ao mesmo tempo, causa as formas específicas do mau político. Trata-se, neste momento, da visão do poder político que se opõe ao poder totalitário procedente de um poder individual.

mecanismo para determinar a partir de qual momento um acordo foi estabelecido, um consenso foi posto ou, enfim, que não houve unanimidade alguma na decisão coletiva. Ainda, necessariamente, ficam armazenadas as diferentes opiniões do ponto de partida sob o consenso de que é necessário observar uma sociedade como um conjunto fragmentado de comunidades de opiniões diversas, que deve ser levada em conta pela ação política na tentativa de gerenciar os conflitos resultantes desse confronto.

As instâncias implicadas na ação política são a instância política e a instância cidadã. A instância política é delegada e assume uma realização da ação política; em contrapartida, a instância cidadã é pautada na origem da escolha dos representantes do poder. A instância política situa-se entre dois processos contrários, o de produção comunicativa de um poder legítimo, de um lado, e a constituição dessa legitimação pelo sistema político, do outro lado. O espaço de discussão tem a função de determinar os valores e de responder aos espaços de persuasão. A instância política tenta fazer a instância cidadã aderir à sua ação usando argumento de razão e paixão.

Toda ação depende diretamente de lugares de construção dos valores e da existência dos espaços de discussão. O campo político é como ambiente de governo da palavra, entretanto, o governo da palavra não é tudo na política, Charaudeau diz que

[...] a palavra intervém no espaço de discussão para que sejam definidos o ideal dos fins e os meios da ação política; a palavra intervém no espaço de ação para que sejam organizadas e coordenadas a distribuição das tarefas e a promulgação das leis, regras e decisões de todas as ordens; a palavra intervém no espaço de persuasão para que a instância política possa convencer a instância cidadã dos fundamentos de seu programa e das decisões que ela toma ao gerir os conflitos de opiniões em seu proveito (CHARAUDEAU, 2008, p. 21).

Ainda que a palavra não se mantenha em condição totalitária à política, não se pode afirmar que a política pode agir sem a palavra, tendo em vista a relação de dependência da política com a palavra. Logo, há dois caminhos possíveis de inserção aos indivíduos. O primeiro volta-se para quem comunga com a ideia de que o poder político está diretamente ligado à dominação e à violência, por meio do Estado que, tendo força de dominação, impõe sua autoridade sob a aparência de legalidade e obriga os homens a saberem-se dominados. O segundo, a saber, contrário ao primeiro, entende que o poder político resulta de um consentimento ou de uma vontade dos homens de viverem juntos e, ainda, sustenta o fato político no qual o poder e a ação se definem reciprocamente. Numa regi-

ão fronteiraça entre esses dois caminhos, há uma possibilidade de equilíbrio que propõe distinguir um poder comunicativo (às vezes, inorganizado e que se instaura fora de toda dominação). Ou seja, é o povo seu iniciador e depositário e que faz circular informações na sociedade, criando um espaço de discussão fora de todo poder, em um espaço público não programado para tomar decisões, de um poder administrativo que implica sempre relações de dominação. Trata-se de organizar a ação social, de regulá-la por leis e sanções e de evitar ou repetir tudo que poderia se opor a essa vontade de agir.

De fato, é neste ambiente onde os poderes comunicativos e administrativos se filiam que são inscritos todos aqueles indivíduos defensores da concepção do poder político como resultado da convergência de dois componentes da atividade humana: o debate de ideias e o fazer político. A palavra política deve se debater entre uma verdade do dizer e uma verdade do fazer, uma verdade da ação que se manifesta por meio de uma palavra de decisão ou/e uma verdade da discussão que se manifesta mediante uma palavra de persuasão ou sedução¹⁶.

A política nasce com o desejo de organizar a vida dos indivíduos em comunidade e se caracteriza mediante algumas atividades de regulamentação social:

- a) regular as relações de força, visando manter ou aplainar algumas situações de dominação ou conflito e mesmo tentar estabelecer relações igualitárias entre os indivíduos;
- b) legislar, mediante a promulgação de leis e de sanções, orientando os comportamentos dos indivíduos tentando preservar o bem comum;
- c) distribuir e repartir as tarefas, os papéis e as responsabilidades de todos mediante a instalação de um sistema de delegação e de representação mais ou menos hierarquizado, neste caso, indivíduo outorgado por eleição ou nomeação.

Segundo Charaudeau (2008, p. 39), “O discurso político não esgota, de forma alguma, todo o conceito político, mas não haverá política sem discurso. Este é constitutivo daquela”, em que a linguagem é um agente motivador, orientador e capaz de atribuir sentido à ação. Entre-

¹⁶ Na política, a persuasão pode indicar a ordem da razão e a sedução pode indicar a ordem da paixão.

mentes, a política depende da ação e se inscreve constitutivamente nas relações de influência social. A linguagem, em virtude dos fenômenos de circulação dos discursos, é o que permite que se constituam espaços de discussão, persuasão e de sedução nos quais se elaboram os pensamentos e a ação política. Então, como afirma Charaudeau (*Id.*), “A ação política e o discurso político estão indissociavelmente ligados”, o que justifica pelo mesmo raciocínio o estudo político em detrimento ao discurso.

Em qualquer enunciado, por mais inocente que seja, um sentido político pode lhe ser atribuído a partir do momento em que a situação o aprovar. Assim, um enunciado, aparentemente político, pode, de acordo com a situação, servir apenas de pretexto para dizer outra coisa que não tenha cunho político, neutralizando, dessa forma, seu sentido. Charaudeau (*Id.*, p. 40) afirma isso ao dizer que “Não é, portanto, o discurso que é político, mas a situação de comunicação que assim o torna. Não é o conteúdo do discurso que assim o faz, mas é a situação que o politiza”.

Existem diferentes lugares de fabricação do pensamento político. A produção de sentido desse pensamento está relacionada a questões de interação, sendo estabelecida sob os modos de interação e sob os modos de identificação dos participantes envolvidos na elaboração do pensamento político. Sendo assim, é possível estabelecer acertadamente os seguintes lugares de fabricação do pensamento político:

- a) o discurso político como sistema de pensamento nasce do resultado de uma atividade discursiva que procura criar um ideal político em função de certos princípios que devem servir de referência ao movimento de construção das opiniões e dos posicionamentos.
- b) o discurso político como ato de comunicação diz respeito mais diretamente aos atores que participam da cena de comunicação política, cujo desafio consiste em influenciar as opiniões com o propósito de obter adesões, rejeições ou consensos.
- c) o discurso político como comentário não está intrinsecamente voltado para um fim político; o propósito é o conceito político, mas o discurso inscreve-se em uma situação cuja finalidade está fora do campo da ação política, isto é, é um discurso político, sem risco político.

O discurso político manifesta-se tanto intragoverno¹⁷ quanto extragoverno¹⁸. Esses diferentes lugares de fabricação do discurso político não estão evidentemente separados uns dos outros. O discurso social possui a característica de circular no interior dos grupos que o constitui. Assim, o discurso político também é considerado um transeunte desses caminhos, pois pode ser construído de maneira rigorosa, teorizante e, ao mesmo tempo, é um lugar de engajamento do sujeito, de justificação do seu posicionamento e de influência do outro, cuja encenação varia de acordo com as circunstâncias de comunicação, o que tornaria mais justo falar do conceito do discurso político do que do próprio discurso político.

A história sempre procurou remontar os acontecimentos políticos do passado e, com isso, construir novas explicações para as causas e consequências desses episódios usando um método de tratamento dos arquivos, de correlação dos fatos e análises de conteúdos temáticos. A ciência política ou ciência do campo político volta-se mais para os questionamentos da ação política em relação às suas finalidades pragmáticas e a seus efeitos que para os questionamentos sobre o fundamento de um tipo de pensamento.

A filosofia política se questiona sobre os fundamentos do pensamento político e algumas categorias que o compõem embasada nas interrogações permanentes sobre os modelos de organização da sociedade. Paulatinamente, a sociedade foi se construindo sob a direção da filosofia política, como um corpo de indivíduos cujas relações devem ser ordenadas em nome de um ideal do bem e da justiça. Tornou-se também uma agente questionadora que tenta observar qual é o melhor tipo de governo para atuar a seu favor, objetivando quem faz o quê nessa organização social, o que aponta para as estruturas hierarquizadas. Dentro desse sistema de questionamentos motivados pela filosofia política, coloca-se a questão da soberania e da legitimidade.

A questão da legitimidade das formas de governo centralizou o debate filosófico sobre a questão do poder e sobre a questão da justiça e do direito. Por conseguinte, a filosofia política é como todas as outras filosofias que buscam pensar o pensamento e tem, por objetivo, as diferen-

¹⁷ Termo usado por Charaudeau para corresponder a um desafio de ação no qual a palavra política se faz performativa para poder governar com os parceiros diversos.

¹⁸ O termo corresponde ao desafio de deliberação no qual a palavra circula entre esses mesmos parceiros sem que tenham poder de decisão.

tes formas possíveis de racionalidade política e seus questionamentos.

5. *Tratamento dos dados*

5.1. *Constituição do corpus e metodologia*

O *corpus* desta pesquisa constitui-se de um discurso realizado por Dilma Rousseff no Congresso Nacional após a cerimônia de posse da presidência, em sessão presidida pelo senador José Sarney. O referido discurso¹⁹ foi publicado em 01/01/2011, no site da *Folha de São Paulo*, às 15h 45min. Outros veículos midiáticos de comunicação também realizaram a publicação do referido *corpus*, no entanto, o grande acesso e a vasta aceitabilidade do publicante escolhido formam fatores preponderantes na decisão de ter como suporte do *corpus* desta pesquisa o site da *Folha*.

O item 3.2 desta pesquisa²⁰ é destinado à análise do *corpus*. A plataforma de governo, bem como as promessas e os pactos do governo que aparecem no *corpus* não serão analisadas, ao passo que não há um compromisso de defesa crítica da pessoa política de Dilma Rousseff nesta pesquisa. Não serão esgotadas outras possibilidades de análise no discurso aqui abordado, visto serem diversos outros casos que poderiam retratar novas imagens políticas de Dilma Rousseff.

Desde 01/01/2011, o discurso se encontra disponível no site <<http://www1.folha.uol.com.br/poder/853564-leia-integra-do-discurso-de-posse-de-dilma-rousseff-no-congresso.shtml>>.

Na análise, recorreremos teorias da semântica e da análise do discurso para uma possível interpretação dos enunciados. Todos os itens analisados são fatores relevantes à construção do *ethos* e formação da imagem de Dilma Rousseff que será desenhada na análise desta pesquisa.

¹⁹ Os trechos integrais do discurso analisado foram retirados da presente pesquisa a fim de atender às normas de publicações dispostas no item f. das instruções para apresentação de trabalhos contidas em <http://www.filologia.org.br/vii_sinefil/instrucoes.html>.

²⁰ A pesquisa busca uma análise sincrônica da imagem da personagem política Dilma Rousseff para que, em estudos posteriores, possa ser comparada com outras criadas em outras ações discursivas da presidente.

5.2. Análise do *corpus*

Segundo Charaudeau; Maingueneau (2008, p. 220), o *ethos* é um termo que assinala a imagem de si que o locutor constrói dentro do seu discurso para conseguir exercer uma influência sobre seu alocutário. Diante dessa descrição de um recurso bastante usado pelas autoridades políticas do nosso país, pode-se, nesta análise, atribuir alguns valores de observância ao *corpus* desta pesquisa.

A discursante inicia seu discurso com um vocativo usado no feminino. Pode-se afirmar que esse seja um recurso usado para marcar um diálogo entre a discursante e outras possíveis alocutárias, pois Dilma Rousseff vocaciona mulheres e depois os homens. Charaudeau (2008, p. 87) afirma que “No domínio político, a construção das imagens só tem razão de ser se for voltada para o público, pois eles devem funcionar como suporte de identificação, via valores comuns desejados”. Nesse caso, pode-se subentender que a discursante principia seu discurso dirigindo-se a mulheres por ser uma representante feminina a chegar ao mais alto cargo político do Brasil: a presidência da república; outro fator especulativo motivador dessa estratégia, pode ter sido o fato de o Brasil possuir maior número de mulheres dentro do eleitorado brasileiro, mulheres essas que não tiveram representação de voto durante muitas décadas.

Durante a gestão do presidente Lula, o vocativo usado por ele era “companheiros e companheiras” e Dilma Rousseff, ao ser lançada candidata à presidência, adotou o vocativo “companheiras e companheiros” durante seus pronunciamentos demonstrando ser uma seguidora dos preceitos políticos de Lula. Ao ser eleita presidente e buscando uma dissociação imediata dessa marca linguística do Lula, Dilma inova passa a usar o vocativo “brasileiras e brasileiros” sendo, por vezes, usado acompanhado de adjetivos.

Com o discurso, tenta-se construir para a discursante a imagem de um político revolucionário que conseguiu a subversão da ordem de uma sociedade patriarcal dominada por presidentes homens. Diante disso, vale pressupor que há uma indicação de que, se as mudanças do sistema político do Brasil começaram com um operário, continuarão com uma mulher.

A construção da imagem de uma mulher forte justifica uma tentativa de igualdade imagética com o eleitorado feminino ou/e feminista. De igual modo, há a abolição da ideia de mulher como possível sexo frágil, esse pré-conceito é rechaçado a partir da imagem de uma mulher forte

que defende ideais femininos lutando por uma política do bem comum coletivo. Existe, no discurso da presidente, o uso de verbos que expressam a continuidade de um governo e de uma obra cuja aprovação fora bastante positiva por parte dos eleitores. Com o desdobramento e a descrição da figura de Lula, o discurso busca ganhar credibilidade e faz uma proposital alusão às boas construções políticas de Lula.

Ainda, a rememoração da personagem Lula, o ex-presidente do Brasil, é outra técnica de aproximação e tentativa de adesão a sua militância, pois “O *ethos* político deve, portanto, mergulhar nos seus imaginários populares mais amplamente partilhados, uma vez que deve atingir o maior número, em nome da espécie de contrato de reconhecimento implícito” (*Id.*, p.87). O discurso tece uma rede de associações entre os personagens Lula, Dilma e Michel Temer, o vice-presidente eleito. Também procura provocar a respeito de Dilma Rousseff a construção de um personagem político que é grato aos seus antecessores políticos.

“O discurso político como ato de comunicação concerne mais diretamente aos atores que participam de cena de comunicação política, cujo desafio consiste em influenciar as opiniões a fim de obter adesões” (CHARAUDEAU, 2008, p. 40). Para obter adesão e estabelecer contato com todos os seus interlocutores, a presidente Dilma Rousseff muda, de forma intencional, a ordem do vocativo e priorizando a comunicação com homens traz o gênero masculino na frente da construção do seu vocativo. Propositadamente, o discurso fala de mudanças na legislação.

Dilma Rousseff continua sua exaltação ao presidente Lula, referindo-se a seus feitos. A presidente reitera seu discurso político ajustando-o ao olhar feminino e convocando a sociedade a participar do governo e de suas melhorias. As constantes relações anafóricas que insistem na retomada à personagem Lula para o interior do discurso é uma tentativa de aceitabilidade por filiação, ao passo que as alianças políticas são a reprodução exata e direta dos pactos partidários que anseiam a dominação.

Como “A política é um campo de batalha em que trava uma guerra simbólica para estabelecer relações de dominação ou pactos de convenção” (*Id.*, p.46), a questão da luta pela conquista de adeptos é uma necessidade essencial dentro de ambientes subjetivos de guerras políticas. No discurso, há uma mistura do poético com o político. A discursante faz uma citação de Caio Fernando de Abreu, escritor nascido em Minas Gerais, para esboçar a imagem culta de uma mulher forte chegando

ao centro do poder político nacional.

Dilma faz uma retrospectiva aos aspectos de relevância do suposto sucesso obtido pelo governo Lula. Em discurso, fala-se da pobreza extrema, a fome e outros fatores trágicos que podem causar comoção, e auxiliam, pois, a sedução. Para Charaudeau

Um discurso pode assumir um efeito emocional num auditório conforme a maneira como se combinam três fatores: (i) a natureza do universo da crença ao qual o discurso remete (vida/morte, acidente, catástrofe, massacre, amor, paixão etc.); (ii) a encenação discursiva que pode, ela própria, parecer dramática, trágica, humorística ou neutra; (iii) posicionamento do interlocutor (ou do público) em relação aos universos de crenças convocados e o estado de espírito no qual ele se encontra. (CHARAUDEAU, 2008, p.90).

Isso assegura que o discurso político poderá ser empregado em benefício da imagem e favorecendo seu discursante.

A presidente Dilma Rousseff prevê uma responsabilidade partilhada do sucesso do governo e realiza nova convocação dos diferentes públicos a participarem do governo. Com intuito de construir uma imagem corajosa, a discursante emprega palavras de Guimarães Rosa em seu discurso para poetizar suas variadas tentativas de adesão e estratégias de persuasão com a escolha de poeta nascido no Rio Grande do Sul.

O assunto da dramatização do discurso é, à medida que as emoções equivalem a representações sociais, composta por uma combinação de apreciações de opiniões e de análises, podendo gerar percepções, sensações ou comportamentos e serem aproveitadas para tentar seduzir, aproximar um determinado interlocutor ou um auditório. Tudo isso são artifícios de persuasão com recursos a universos de discursos carregados de afetividade. Assim, a fim de que o interlocutor seja atingido, é necessário haver condições comunicacionais, uma vez que o recurso a um discurso de afeto não causa obrigatoriamente comoção no interlocutor. Todo discurso político se arrola também com a imagem, pois não há aderência a ideia que não perpassa pelos homens,

Assim, faz-se apelo a procedimentos de discursivização que são orientados ora para o auditório, na esperança de despertar-lhe interesse pelas ideias e paixão por defendê-las, ora para a construção da imagem de um líder capaz de conduzir seu rebanho até a terra prometida. Pode-se conseguir tocar o auditório implicando-o diretamente ou por meio de uma adesão à pessoa do orador, cuja imagem encenada serve de suporte a um processo de identificação. (*Id.*, p. 94)

Desse modo, o sujeito que fala deve saber escolher universos de

crenças específicos e proceder à determinada encenação, tudo em função do modo como ele imagina seu interlocutor ou seu público e em função do efeito que espera produzir nele. O discurso de Dilma Rousseff constrói para ela uma imagem de mulher corajosa, amante da vida e à família, religiosa, cuidadosa, mãe e avó carinhosa, forte, nobre e capaz de perdoar, comprometida, dedicada com o Brasil desde a juventude e rígida ao utilizar em seu discurso palavras despedida no final do discurso. Todo político busca reunir as elites em torno de um projeto de governo comum, para o qual convém estabelecer alianças com diferentes partidos e com diferentes setores dessas elites. Esse aparato de união pode mudar de acordo com as características dos alocutários, pois, em relação às massas, ele procura obter o predomínio com o auxílio de discursos que tentam provocar uma paixão comum voltada para um homem ou para um projeto.

Nas probabilidades de manipulação de Charaudeau (2008, p.47) afirma efetivamente que é verdade que o pensamento pode ter em si influência e ele possa igualmente ser mascarado por métodos de comunicação empática tais que, ao final dessas manipulações comunicativas mais ou menos voluntárias, se arquitetam com outras formas de pensamentos político.

Explicitamente, quando um político quer defender ou agredir, ele pode amparar seu discurso sobre o valor das ideias, ao resguardar a legitimidade de uma causa moral sobre o valor do programa de governo e dos meios usados para atingi-lo e pode sustentar seu discurso sobre o valor dos homens e das mulheres que atuam como personagens da política, diante de suas competências, suas experiências ou seus saberes.

Há um apelo emocional de adesão citando indivíduos que, durante a Ditadura Militar, desapareceram. Com isso, fica marcado um discurso bastante apelativo com suas marcas de densidade emocional no fechamento deste *corpus*. Isso admite supor que o Brasil poderia desenvolver um governo sensível, com atributos maternos e num viés detalhista. Ainda, o uso da primeira pessoa do plural é uma estratégia discursiva usada pelo narrador para se identificar a posição dos ouvintes e dele próprio dentro da enunciação.

6. Conclusão

O discurso político, como um lugar de um jogo de máscaras, controla as palavras pronunciadas nesse ambiente político onde cada palavra nunca deve ser compreendida ao pé da letra, numa transparência ingênua. Ela deve ser entendida concomitantemente pelo que ela diz e pelo que não diz.

As palavras servem para divulgar ideias e pensamentos, também servem para ocultá-los ou dissimulá-los. Aprender a decifrar essas intenções discursivas, sob uma perspectiva primária no campo da análise do discurso, é fundamental a um analista da linguagem.

O termo *ethos* é um dos três componentes da persuasão, pertence ao domínio das representações sociais e a valorização do domínio político depende das circunstâncias. Deste modo, um político como o da Dilma Rousseff, ao construir um *ethos* de chefia, *ethos* de competência, de potência, de inteligência, de humanidade, busca identificar-se com o eleitor no momento em que se mostra transtornado, estupefato, sensibilizado, escandalizado ou tocado, ao demonstrar desgosto, contrariedade, alegria ou compaixão, ou então, ao defender valores históricos, ao parecer ouvir os outros ou colocar-se acima da massa, ao ser conivente e ao usar diversas outras estratégias de manipulação.

A construção do *ethos* pode ser também ter consequências desastrosas. De um lado, um político pode perder por causa de seu próprio *ethos* e de outro, a força do *ethos* pode fazer com que os eleitores agreguem-se por fascinação, isto é, liguem-se as pessoas e não às ideias.

Em análise ao *corpus*, verifica-se uma intensa tentativa de fixar as propostas, os planos de governo e a plataforma política petista através das exaustivas repetições das informações. Essa é uma estratégia de venda da imagem competente de Dilma Rousseff. Observou-se, ainda, que o poder da palavra, como arena de confrontos ou como meio de convencimento, ou seja, como meio de uma argumentação convincente, é a consequência e o despertar para as realizações dos seus sonhos e da confiança num futuro promissor.

O voto é a constatação do sucesso; é o resultado do efeito da construção inteligente do *ethos* que está associada aos jogos de máscaras pertencentes às ideologias da classe social dominante, de modo que tudo que é dito seja passível de identificação e reflète os interesses do povo de um modo geral.

Por fim, ficou bastante evidenciado o comprometimento de Dilma com o eleitorado feminino. A tentativa de desenvolvimento da técnica de abordagem presente na análise do *corpus* buscou alcançar o interesse não só dos especialistas da linguagem, mas também dos jornalistas, dos historiadores, dos filósofos, dos sociólogos etc.

A imagem de um candidato político deve ser periciosa e bem posicionada, daí adveio a realização de uma breve abordagem investigativa e especulativa realizada na presente análise do *corpus*.

O estudo proposto aqui buscou analisar a construção da imagem de Dilma Rousseff a partir do discurso com teor político. A pesquisa perpassou por teorias da linguística textual e da análise do discurso, o que pressupõe poder haver outras diversas análises pautadas em observações e interpretações subjetivas do *corpus* aqui usado, não esgotando, portanto, a possibilidade de análises vindouras.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AMOSSY, Ruth. (Org.) *Imagens de si no discurso: a construção do ethos*. São Paulo: Contexto, 2008.

BENTES, Anna Christina; MUSSALIM, Fernanda. (Orgs.). *Introdução à linguística: domínios e fronteiras*. 4. ed. São Paulo: Cortez, 2004, vol. 2.

BAKHTIN, Mikhail. *Marxismo e a filosofia da linguagem*. 12. ed. São Paulo: HUCITEC, 2006.

CAMARA JR, Joaquim Mattoso. *Dicionário de linguística e gramática: referente à língua portuguesa*. 26. ed. Petrópolis: Vozes, 2007.

CITELLI, Adilson. *Linguagem e persuasão*. 16. ed. São Paulo: Ática, 2007.

CHARAUDEAU, Patrick. *Discurso político*. São Paulo: Contexto, 2008.

_____; MAINGUENEAU, Dominique. *Dicionário de análise do discurso*. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2008.

_____. *Discurso das mídias*. São Paulo: Contexto, 2009.

_____. *Linguagem e discurso: modos de organização*. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2010.

CUNHA, Antônio Geraldo da. *Dicionário etimológico da língua portu-*

guesa. 4. ed. Rio de Janeiro: Lexikon, 2010.

DUCROT, Oswald. *Princípios de semântica linguística*. São Paulo: Cultrix, 1997.

FÁVERO, Leonor Lopes; KOCH, Ingedore G. V. *Linguística textual: introdução*. 7. ed. São Paulo: Cortez, 2005.

FIORIN, José Luiz. *Linguagem e ideologia*. 8. ed. São Paulo: Ática, 2007.

FONSECA, Deivide da Silva. *O uso dos mecanismos coesivos no discurso de Dilma Rousseff*. 2011. 123 p. FEUC – Fundação Educacional Unificada Campo-grandense, Rio de Janeiro, 2011.

FOUCAULT, Michel. *A ordem do discurso*. 5. ed. São Paulo: Loyola, 1999.

GADET, F.; HAK, T. (Orgs.). *Por uma análise automática do discurso: uma introdução à obra de Michel Pêcheux*. 3. ed. Campinas: UNICAMP, 1997.

JAKOBSON, Roman. *Linguística e comunicação*. 24. ed. São Paulo: Cultrix, 2007.

KOCH, Ingedore Grunfeld Villaça. *A inter-ação pela linguagem*. São Paulo: Contexto, 1992.

_____. *O texto e a construção dos sentidos*. 6. ed. São Paulo: Cortez, 2002.

_____. *Desvendando os segredos do texto*. 4. ed. São Paulo: Cortez, 2005.

_____; MORATO, Edwiges Maria; BENTES, Anna Cristina (Orgs.) *Referenciação e discurso*. São Paulo: Contexto, 2006.

_____. *A coesão textual*. 21. ed. São Paulo: Contexto, 2009.

LYONS, John. *Linguagem e linguística: uma introdução*. Rio de Janeiro: LTC, 1987.

MAINGUENEAU, Dominique. *Novas tendências em análise do discurso*. Campinas, São Paulo: Pontes, 1997.

_____. *Termos-chave da análise do discurso*. Belo Horizonte: UFMG, 2000.

_____. *Análise de textos de comunicação*. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2004.

MARCUSCHI, Luiz Antônio. Gêneros textuais: definição e funcionalidade. In DIONÍSIO, Ângela P.; MACHADO, Anna R.; BEZERRA, Maria A. *Gêneros textuais e ensino*. 2. ed. Rio de Janeiro: Lucerna, 2003.

MAZIÈRE, Francine. *Análise do discurso: história e prática*. São Paulo: Parábola Editorial, 2007.

MOTTA, Ana Raquel; SALGADO, Luciana. (Orgs.). *Ethos discursivo*. São Paulo: Contexto, 2008.

ORLANDI, Eni P. *Análise do discurso: princípios e procedimentos*. Campinas, São Paulo: Pontes, 2005.

_____. *Discurso e texto*. 2. ed. São Paulo: Pontes, 2005.

PIERCE, Ch. S. *Semiótica e filosofia*. São Paulo: Cultrix, 1975.

SANTAELLA, L. *O que é semiótica*. São Paulo: Brasiliense, 1983.

_____. *A assinatura das coisas*. Rio de Janeiro: Imago, 1992.

_____. *A teoria geral dos signos: como as linguagens significam as coisas*. 2^a ed. São Paulo: Pioneira, 2000.

RIMES, Ana Lúcia de Oliveira Cruz. *Os atos de linguagem indiretos nas crônicas jornalísticas*. 2008. 190 p. Dissertação (Mestrado em Língua Portuguesa) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro.

ROUSSEFF, Dilma. *Discurso de posse: [Leia íntegra do discurso de posse de Dilma Rousseff no Congresso]*. Disponível em:
<<http://www1.folha.uol.com.br/poder/853564-leia-integra-do-discurso-de-posse-de-dilma-rousseff-no-congresso.shtml>>

SILVA, Edilene Leonel Vital da. *A mulher no centro das relações linguísticas: o ethos discursivo de Dilma Rousseff*. 2011. 59 p. FEUC – Fundação Educacional Unificada Campo-grandense, Rio de Janeiro.